



FALA, MÃE LUIZA!
A VOZ DO MORRO ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Maria do Socorro Furtado Veloso¹

Rayanne de Azevedo Carvalho²

RESUMO: Este artigo trata da experiência em comunicação comunitária representada pelo jornal *Fala Mãe Luiza* – publicação impressa sob responsabilidade do Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição, que circulou no bairro de Mãe Luiza, em Natal (RN), do início da década de 1990 até o segundo semestre de 2009. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se analisar as edições do jornal sob o viés da comunicação comunitária, e investigar de que forma o veículo contribuiu para o exercício da cidadania naquele contexto social. Conclui-se que o *Fala Mãe Luiza* constituiu-se um espaço plural, que estimulou a mobilização e organização dos moradores em torno de objetivos comuns, visando à melhoria das condições de existência do bairro.

PALAVRAS-CHAVE: *Fala Mãe Luiza; Mãe Luiza; Comunicação Comunitária; Jornal Comunitário.*

¹ Professora adjunta do curso de Comunicação Social e do Mestrado em Estudos da Mídia da UFRN. Integrante do Grupo de Pesquisa Pragma – Pragmática da Comunicação e da Mídia (UFRN/CNPq). Coordenadora do projeto de pesquisa “Imprensa e contra-hegemonia no Rio Grande do Norte”, do Departamento de Comunicação da UFRN. E-mail: socorroveloso@uol.com.br.

² Estudante de Comunicação Social (Jornalismo) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integrante do Grupo de Pesquisa Pragma - Pragmática da Comunicação e da Mídia (UFRN/CNPq). Bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa “Imprensa e contra-hegemonia no Rio Grande do Norte”, do Departamento de Comunicação da UFRN. E-mail: rayanneac@gmail.com.

Introdução

Em um mundo estruturado em cima de desigualdades sociais, onde a ideia de cidadania na teoria não se aplica à vida real, e direitos essenciais nos são negados sistematicamente; onde vozes que se levantam contra a manutenção do *status quo* são sumariamente ignoradas, o que fazer para falar e se fazer ouvir?

Instrumento de luta por justiça social, a comunicação comunitária surge para dar voz àqueles cujos anseios não encontram espaço nas formas tradicionais de comunicação. Constitui-se uma força contra-hegemônica no campo comunicacional, visto que, no sentido daquilo que é feito e da forma como é feito, gera um contraponto ao modo como opera a grande mídia - mudam os critérios de noticiabilidade, a forma de noticiar, os protagonistas da informação.

O conceito de contra-hegemonia toma por base o pensamento gramsciano. Segundo Paiva (2007: 139):

A idéia gramsciana de hegemonia permite vislumbrar a coexistência de outras determinações como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência, que se articulam junto à política e à economia para a produção de um pensamento determinante e dominante. E, portanto, a questão da comunicação, seus veículos e suas produções.

2

Peruzzo (2008a: 375) define comunicação comunitária como um “canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes”. Essas manifestações, dentro da comunicação comunitária, se justificam enquanto instrumentos de transformação social, capazes de conscientizar, mobilizar e organizar “segmentos excluídos (e seus aliados) da população”, com vistas à superação das desigualdades e promoção da justiça social (PERUZZO, 2003: 10).

As manifestações de comunicação comunitária impõem a participação popular porque existem amparadas em uma “opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares” (PERUZZO, 2007b: 3). São as bases excluídas da sociedade que produzem conteúdos alternativos destinados a essas mesmas bases – alternativos no sentido de que operam à margem da indústria midiática, à revelia das

elites no poder, e muitas vezes fazendo um contraponto ao discurso dessas elites, constituindo uma comunicação paralela. Não se propõem a falar para grandes audiências porque exercem um papel complementar, municiando a comunidade de informações locais, de interesse comunitário.

Este artigo trata da experiência em comunicação comunitária representada pelo jornal *Fala Mãe Luiza* – publicação impressa sob responsabilidade do Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição, que circulou no bairro de Mãe Luiza, em Natal (RN), do início da década de 1990 até o segundo semestre de 2009. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se investigar de que forma o veículo contribuiu para o exercício da cidadania naquele contexto social, considerando-se que a partir do exercício da comunicação comunitária se exerce, também, o direito à comunicação.

O direito de comunicar

Como observa Vieira (2003: 20), “estar bem informado é estar garantido contra toda e qualquer espécie de discriminação, de abusos de poder político e econômico, de exploração do trabalho, da mulher e da infância, da mais-valia absoluta e relativa, do cerceamento à livre expressão do pensamento e da comunicação”.

O direito à comunicação vai além do acesso à informação de qualidade e em abundância, e pressupõe o protagonismo e a participação direta no processo de produção de informações, onde cada cidadão tem o poder de comunicar e se fazer ouvir. Tal direito é crucial quando se fala em exercício pleno da cidadania, que não existe sem democratização da informação e do conhecimento.

Se, contudo, os meios de comunicação constituem entidades privadas com fins lucrativos, com orientação mercadológica, e servem a interesses particulares, qual a forma de exercer o direito de se expressar por meio da mídia? “A saída para a democratização da comunicação que as organizações populares vêm encontrando é a apropriação dos meios comunitários” (PERUZZO, 2007b: 18).

Assim, a comunicação comunitária diz respeito a um processo abrangente, que se propõe a envolver a comunidade a partir do instante em que oportuniza o reposicionamento de pessoas antes submetidas ao modelo comum - com fins mercadológicos - de consumo de informações. Permite inverter as relações, provocar a

comunidade para que assuma não apenas a posição de receptora das mensagens, mas também de protagonista das notícias, produtora e gestora desses meios.

Este processo nada mais é do que o exercício, segundo Alves (2003: 204), dos direitos cívicos de participação, acesso e gestão democrática: “sistematicamente negados na história, quer colonial, quer republicana, tais direitos são revertidos a valores tencionados e fundam um território público de negociação”, onde cidadãos dispostos a estabelecer pertencimentos no espaço público produzem acordos sociais.

É relevante salientar que essa forma de comunicação se dá em âmbito comunitário, mas isso não necessariamente implica dizer que irá se restringir, apenas, a um espaço delimitado geograficamente. Os elos que unem uma comunidade vão além. “O sentimento de pertença, a participação, a conjunção de interesses e a interação”, como enumera Peruzzo (2008a: 377), constituem fatores que terminam por extrapolar os limites territoriais.

Fala, Mãe Luiza!

Em Natal (RN), uma experiência salutar na área da comunicação comunitária foi o jornal *Fala Mãe Luiza*, publicação idealizada pelo padre Sabino Gentili, pároco italiano que desenvolveu trabalhos sociais no bairro de Mãe Luiza através do Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição.

O jornal começou a circular no início da década de 1990, embora não se saiba ao certo quando foi publicado o primeiro número - a edição mais antiga no acervo do Centro, de número 3, data de 18 de setembro de 1993. Com a morte do padre Sabino, em 2006, o jornal perdeu fôlego e esteve parado durante todo o ano de 2007, retornando às atividades em 2008 e 2009, período durante o qual circularam apenas cinco edições. O FML interrompeu suas atividades desde então, em setembro de 2009, e assim permanece, segundo os funcionários do Centro, por falta de força de trabalho para produção de conteúdo - atualmente, notícias esporádicas sobre a comunidade são postadas no endereço eletrônico <http://jornalfalamaeluiza.blogspot.com>.

O *Fala Mãe Luiza* teve 177 edições publicadas em mais de uma década e meia, com tiragem média de 500 exemplares - número expressivo se levada em conta a população do bairro, que é de pouco mais de 17 mil habitantes. Segundo dados de 2009

do IBGE, Mãe Luiza é o bairro com maior densidade populacional de Natal.

Embora tenha sido criado dentro de um ambiente mantido pela Igreja Católica, o *Fala Mãe Luiza* apresentou características de jornal comunitário desde suas primeiras edições. Fez isso ao se pautar pelos interesses do bairro e ao se engajar em lutas pela melhoria das condições de vida da população local. A Igreja, neste caso, atuou enquanto entidade representativa, mobilizando os moradores em diferentes ocasiões, promovendo a “conscientização, organização e ação de segmentos das classes subalternas” (PERUZZO, 2007b: 2).

Vale lembrar que, embora presumam participação popular, manifestações de comunicação comunitária também podem ser motivadas ou viabilizadas por entidades representativas, tais como ONGs, fundações, projetos de universidades, órgãos públicos ou igrejas, desde que a atuação destes seja pautada pelo interesse comunitário, por meio de lutas em favor de populações desfavorecidas, visando ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania (PERUZZO, 2008b: 12).

Há de se atentar, contudo, para a necessidade de “abrir-se ao controle e à gestão autônoma da própria comunidade” (PERUZZO, 2003: 250), ficando a ressalva de que:

Há que se reconhecer também que, muitas vezes, determinados meios [...], mesmo não sendo gestados coletivamente pelas comunidades, acabam impingindo a seus conteúdos dimensões comunitárias importantes. É a configuração de cada realidade específica que serve de parâmetro para a compreensão do significado comunitário de cada experiência de comunicação local. (PERUZZO, 2003: 249).

O FML tornou-se importante por dar voz a uma comunidade que não tinha fala ativa e direta nos veículos de comunicação tradicionais. Apresentou-se, pois, como um canal próprio de comunicação da comunidade com o mundo, como enfatiza o editorial da edição número 152, de dezembro de 2004:

Ele [o jornal] deve ser entendido como um instrumento de informação entre nós e para com as pessoas que não moram no nosso bairro. Todo mundo tem algo a dizer. No nosso bairro há poetas, artistas plásticos, músicos. Há, sobretudo, muita história de luta por sobrevivência. Temos também nossos problemas, nossas questões sobre tantos assuntos. [...] O nosso jornal será o instrumento de nossas falas. Mãe Luiza, não deixe de falar!

Ao longo de sua existência, o jornal denunciou violações de direitos, como

abandono do posto de saúde, do terminal de ônibus e problemas na coleta de lixo³; deu várias notas ligadas a acontecimentos do bairro; publicou artigos de opinião, receitas, poesias, dicas de saúde, dicas para o lar, dicas de construção e dicas de português; fez divulgação de cursos profissionalizantes e eventos, além de abrir uma seção, intitulada Gente do Morro, onde moradores eram perfilados e expunham suas ligações com Mãe Luiza (cf. CARVALHO e VELOSO: 2011). Esta seção, em especial, constituiu-se em espaço importante na construção de um imaginário coletivo do bairro e reflexão crítica, contribuindo para fortalecer os vínculos comunitários e manter viva a história daquela região e de seus moradores.

Esse conteúdo reflete o modo de produção de jornais comunitários, que, de acordo com Peruzzo (1998: 152), incluem “informação, educação, arte e cultura, com mais espaço para o entretenimento, prestação de serviços, participação plural de várias organizações (...) e divulgação das manifestações culturais locais”.

Em editorial escrito para a edição de número 14 do FML, em 22 de maio de 1996, o padre Sabino Gentili expressa as intenções do jornal:

Depois de alguns tempos, o nosso jornalzinho Fala Mãe Luiza volta a circular entre nós. Com muita vontade de ficar, para ser um meio de comunicação entre nós. Fala Mãe Luiza está aberto a todos que queiram participar. Não tem muita formalidade. Cada um pode trazer a sua notícia, recado, anúncio, reclamações, sugestões [...]. A nossa comunidade é composta de gente trabalhadora, que tem muita história pra contar. Nossas alegrias e tristezas serão temas do nosso jornalzinho. Fala Mãe Luiza será nossa opinião pública. Triste da pessoa que se cala. A Fala é uma das qualidades mais importantes do ser humano. Muitas vezes tentam calar nossa voz. Isto não deve acontecer. Fala Mãe Luiza tem sua FALA.

O FML abria-se de tal forma à participação da comunidade que favoreceu o surgimento e o fortalecimento de diversas práticas decorrentes da comunicação comunitária. Paiva (2007: 140-145) cita algumas delas: a atuação na direção de uma estrutura polifônica (ao dar voz a diversos segmentos e seus representantes, democratizando a informação); produção de novas formas de linguagem (a partir do momento em que a comunidade se apropria dos meios de comunicação na condição de

³ “Moradores de Mãe Luiza reclamam de posto de saúde” (FML nº 29 – 24/02/97); “Abandono do terminal de ônibus preocupa moradores” (FML nº 31 – 27/03/97); “Lixo espalhado nas ruas de Mãe Luiza” (FML nº 153 - 15/01/05); “Por que as escolas são assim?” (FML nº 154 – 01/02/05).

emissor e receptor); geração de uma estrutura mais integrada entre consumidores e produtores de mensagens (ao aproximar o fazer comunicativo à realidade das pessoas inseridas na comunidade, ou ao dinamizar as relações entre emissores e receptores); e viés educativo (pois contribui para a promoção da cidadania e consumo crítico das mensagens midiáticas).

O FML também atuou no sentido de construir uma nova imagem da comunidade de Mãe Luiza. Não a Mãe Luiza estampada em páginas de cadernos policiais, mas aquela cujos moradores trabalham, estudam e buscam reconhecimento. É a própria comunidade quem volta os olhos para si com o intuito de tecer comentários sobre a realidade na qual está inserida, ressignificando-a. Como exemplo, podemos citar matérias que exaltam os talentos do bairro: são artistas plásticos, atletas, jovens que ingressaram na universidade.

Outra característica do FML e que também é comum aos meios de comunicação comunitária é que o jornal não se guiou por princípios mercadológicos e não teve fins lucrativos. A publicidade, quando existiu, limitou-se a patrocinar a impressão dos exemplares.

7

Outro princípio básico que norteou o FML foi o comprometimento com o desenvolvimento local de maneira sustentável. Por desenvolvimento, entende-se o conceito apresentado por Peruzzo (2007: 76):

Normalmente o termo desenvolvimento é usado para expressar o alto grau de progresso econômico, social, político e tecnológico alcançado por uma sociedade ou por um conjunto de nações. Mas todo desenvolvimento só faz sentido se estiver a serviço de cada pessoa e da coletividade como um todo, sempre baseado na participação ativa dos cidadãos. Portanto, a questão do desenvolvimento não se pode restringir a aspectos econômicos ou a aumento de renda. Este deve se dar de maneira integral e sustentado em condições que lhe permitam ser duradouro e igualitário.

Histórico de lutas

Apesar de ser um bairro onde o rendimento médio mensal não ultrapassa dois salários mínimos – uma das piores rendas quando comparada aos demais bairros de Natal -, Mãe Luiza é constantemente assediado por empresários do ramo imobiliário. Isso porque, de um lado, é cercado pelo Parque das Dunas, uma área de proteção ambiental, e do outro, se vê espremido por prédios luxuosos erguidos ao longo da orla

da praia de Areia Preta. Esses prédios resultam de elevados investimentos milionários ali realizados décadas depois da criação oficial do bairro, em 1958.

Transformado em Área Especial de Interesse Social (AEIS) em 1995, e protegido da especulação imobiliária pelo Plano Diretor do Município, Mãe Luiza, nos últimos anos, se viu alvo constante de investidas por parte de grupos que desejam se apropriar da área para erguer novos condomínios e hotéis de luxo. Sua localização privilegiada - entre o mar e uma das poucas áreas restantes de preservação de mata atlântica do Brasil - atrai o setor da construção civil, que vem pressionando as gestões municipais, ano após ano, por mudanças na lei que permitam a ocupação da área por investimentos privados.

O fenômeno segue a lógica do “desenvolvimento” apregoado pela iniciativa privada, cuja escala de benefícios aumenta conforme o poder econômico daqueles que podem pagar o preço do progresso. Aqueles que não podem ficam à deriva, e vão sendo empurrados para as margens da área urbanizada - onde o custo de vida é mais barato -, formando bolsões de pobreza e subdesenvolvimento onde a ajuda do poder público dificilmente chega - isso se tiver interesse em chegar.

8

Há aí uma distorção no emprego da palavra “desenvolvimento”, como observou Kaplún (2007: 172):

Uma forma de vida em que a figura central não é o 'cidadão', nem muito menos o 'ser humano', e sim 'o investidor' e 'o consumidor'. Em que a idéia de sociedade é substituída pela de mercado ou, o que é igual, em que a sociedade é vista como um mercado onde tudo se compra ou se vende.

Não raro, a imprensa potiguar segue reproduzindo discursos dos empresários da construção civil, ao retratar Mãe Luiza como uma região cujo crescimento se encontra “engessado”, como defende o *Novo Jornal*, um diário impresso de Natal, na edição de 2 de julho de 2011. Sob o título “Mãe Luiza, crescimento engessado”, a reportagem critica a legislação que proíbe construções acima de dois andares e a junção de lotes com mais de 200 metros quadrados no bairro. A afirmação esconde a pretensão de retirar os moradores mais pobres de áreas com potencial urbanístico mais atraente, como deseja a indústria imobiliária. Condomínios de luxo, afinal, não cabem no bolso de uma significativa parcela da população que vive com baixos rendimentos.

Mãe Luiza, contudo, mantém um histórico de lutas por condições dignas de

moradia. Como exemplo recente de mobilização da comunidade, em 2007 houve discussões sobre o Plano Diretor de Natal, quando segmentos da construção civil aderiram ao discurso “desenvolvimentista”, favorável à presença de investimentos privados de alto padrão na área, enquanto moradores da comunidade, especialistas e organizações pró-direitos humanos se manifestavam contra qualquer alteração no Plano Diretor que viesse a prejudicar os moradores de Mãe Luiza.

Vale salientar que o caso do Plano Diretor repercutiu até hoje na Operação Impacto, denunciada na época pelo Ministério Público Estadual, sobre a compra de votos de parlamentares da Câmara de Vereadores para alterar a legislação que proíbe construções de alto porte em áreas não-edificáveis.

Na época, o jornal *Fala Mãe Luiza* foi uma das vozes responsáveis por agregar a comunidade na luta contra a especulação imobiliária, como se pode notar neste texto publicado na edição número 172, de agosto de 2008, sob o título “Mãe Luiza: A mosca na sopa da construção civil”:

Nada mais empolgante, ultimamente, do que ver a luta para a revisão do Plano Diretor de Natal. Mais “empolgante” é ler o raivoso artigo do presidente do SINDUSCON denominado “O Direito de Mãe Luiza”, publicado há uma semana em um jornal local. Intrigante o título, porque, para um leitor atento, a primeira pergunta que surge é por que um representante da construção civil estaria tão interessado no direito dos moradores de Mãe Luiza. Outra pergunta seria: o SINDUSCON dispõe de estudos sobre a configuração social do bairro – nível de renda dos moradores, configuração das moradias para tratar do bairro com propriedade? Ou ainda: faz-se constantemente presente no bairro para ajudar a comunidade a vencer seus problemas? A preocupação do Sr. Sílvio Bezerra no mínimo é um paradoxo, já que o bairro de Mãe Luiza é tido como Área de Interesse Social no Plano Diretor, o que vai de encontro aos interesses do mercado imobiliário. Mas ao ler-se o texto, o caso se esclarece: é justamente o fato de o bairro estar protegido por lei que incomoda. (...)

Considerando a preocupação do presidente do SINDUSCON com o fato de o morador de Mãe Luiza não poder ampliar sua casa, através da possível compra de lotes vizinhos, se a Lei for abolida, empresas de construção civil, como a Ecocil, vão construir empreendimentos com preço acessível ao poder aquisitivo do morador de Mãe Luiza, que tem renda, comprovadamente, de até 3 salários mínimos? Se não, quem, então, iria comprar empreendimentos nesse bairro? Se a Lei de Interesse Social cair por terra e grandes empreendimentos forem liberados para Mãe Luiza, certamente haverá uma valorização do preço da terra, cujos lotes quem vive de salário mínimo não compra, sem falar no IPTU, que encarecerá substancialmente. Um morador com renda de até 3 salários mínimos

poderia pagar esse IPTU? Qual a consequência disso, então? Obviamente, o que se convencionou chamar de “expulsão branca”. E esse é o maior interesse do setor imobiliário.

À época, representantes da comunidade levantaram suas vozes contra argumentos duvidosos, que atribuíam os baixos índices socioeconômicos do bairro ao atraso imposto pelo Plano Diretor. Na mesma edição de agosto de 2008, sob o título “O direito de Mãe Luiza por seus moradores”, o jornal questiona:

E o que essa Lei [Plano Diretor, Lei No 4663/1995] tem a ver com a violência que campeia toda a cidade, mas que faz de Mãe Luiza o centro do problema para os vizinhos de Petrópolis, Tirol e Areia Preta? Sinceramente ainda não encontramos uma relação direta, na medida em que a Lei de Mãe Luiza não impede de forma alguma que o Estado garanta melhores oportunidades de educação e trabalho para a população, sobretudo para os jovens. A Lei não restringe a ação do Estado no sentido de implantar o Plano de Segurança Pública, que desde 2002 os grupos e as organizações locais formularam e tentaram implementar - sem muito sucesso - junto aos setores competentes. A lei não impede a que os projetos de segurança pública previstos para os bairros vizinhos de Mãe Luiza coíbam a ação daqueles que sobem o morro para fazer das crianças de Mãe Luiza “aviõezinhos” e daqueles que dão sustento a um “comércio” que cotidianamente aborta a juventude dos filhos de Mãe Luiza. A Lei não impede, pelo contrário até estimula, a que se implante Áreas de esporte, cultura e lazer, como a que se espera desde 2003 na Via Costeira. A Lei de Mãe Luiza busca apenas assegurar direitos àqueles que desejam permanecer no bairro. Certamente que “expulsão de moradores”, “limpeza social” não é solução para enfrentar a violência que desafia autoridades e aflige a todos nós.

10

Não raro, *Fala Mãe Luiza* tratou também de política e eleições, assumindo um papel educativo frente aos seus interlocutores, criticando a compra de votos e a demagogia de candidatos a cargos eletivos, como foi o caso do editorial intitulado “Voto para ajudar?”, publicado na edição de 28 de outubro de 1996:

Ninguém é contra que as pessoas públicas tenham condições para prestar esse serviço. Elas devem receber o dinheiro por estarem prestando serviço público. O que não podemos admitir é que o eleito faça do cargo público um comércio de privilégios e de assunto particulares. Por isso, o eleitor deveria desconfiar de quem pede o voto com esmola. [...] O voto não é esmola.

Por outro lado, o jornal também chegou a funcionar, em alguns momentos, como uma espécie de informativo religioso, anunciando eventos realizados pela comunidade católica do bairro. Esse tipo de conteúdo, no entanto, nunca predominou nas páginas do veículo. Vale lembrar, ainda, que boa parte das atividades sociais e trabalhos voluntários desenvolvidos em prol de Mãe Luiza foram encabeçados pela comunidade católica daquela localidade, e o fato de estarem ligados a uma religião não desmerece o valor das ações nem o impacto que tem sobre os moradores. Como exemplo, podemos citar o SOS Sopapo, mutirão de urbanização da Favela do Sopapo, que ergueu 60 casas populares para mais de 300 pessoas.

Considerações finais

Apesar de ter funcionado com certa irregularidade, o jornal *Fala Mãe Luiza* se notabilizou pela persistência durante os mais de 15 anos em que circulou no bairro, apresentando-se como um veículo plural, aberto à participação popular; um espaço cujo princípio e fim foi o de dar voz à comunidade e seus anseios, e lutar por condições dignas de existência.

11

Foi um espaço para o debate de assuntos de interesse dos moradores, e findou por se estabelecer como um contraponto ao modo como o bairro costumeiramente é pautado pelos grandes jornais, visto que a atenção da imprensa a Mãe Luiza quase sempre se limita à seção de ocorrências policiais.

Não bastasse ser de utilidade pública (com informações sobre as mais diversas áreas, do direito à arquitetura), *Fala Mãe Luiza* desempenhou também, em parte, um papel de fortalecedor dos vínculos comunitários, contribuindo para o aumento da autoestima do bairro e a aproximação e mobilização dos moradores, além de contribuir também para a conscientização em relação às problemáticas locais, sejam relacionadas à infraestrutura e poder público ou a causas ecológicas e pacifistas.

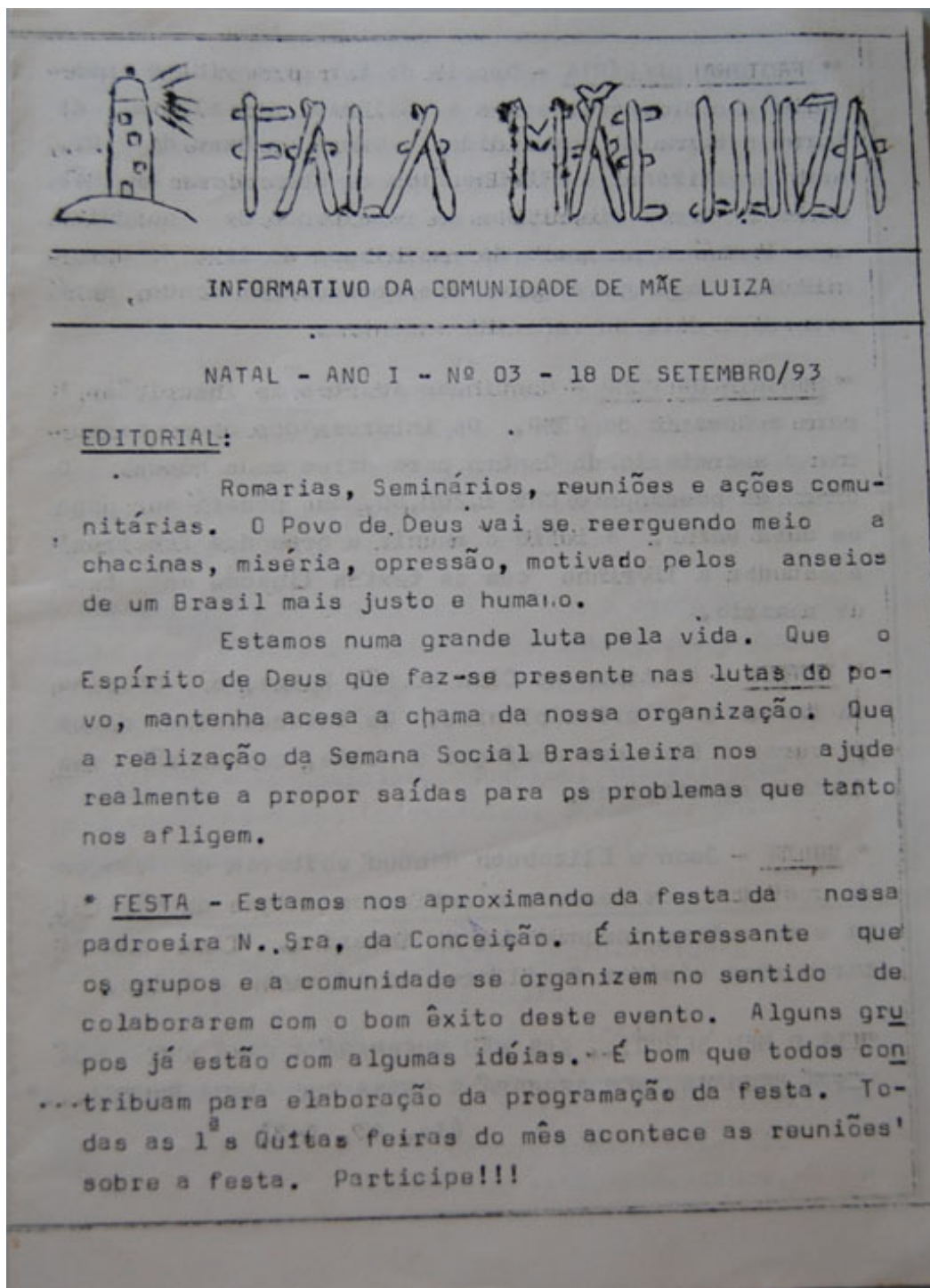
Embora planejado para ser um veículo quinzenal, o jornal sempre intercalou períodos de alta produtividade, quando saía regularmente, com períodos de inatividade, que poderiam se estender por meses, em razão da intensificação do ritmo de trabalho nos demais projetos desenvolvidos pelo Centro Sócio Pastoral.

Após o falecimento do padre Sabino Gentili, em julho de 2006, o ritmo de

produção do jornal desacelerou, até estancar, no segundo semestre de 2009. Fica, no entanto, o aprendizado expresso pelo padre no texto “Salve a reabertura da rádio comunitária”, publicado na edição número 165, de 31 de janeiro de 2006: “Quanto maior o número de vozes a contar a vida e a história, mais chance terá a democracia e menor será a manipulação por parte dos donos dos veículos de comunicação. [...] O jornal Fala Mãe Luiza também é uma voz que se levanta no meio de tantas outras vozes”.

Referências bibliográficas

- ALVES, Luiz Roberto. “Cidade, comunicação e desenvolvimento local”. In PERUZZO, Cicilia (org). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003.
- CARVALHO, Rayanne A.; VELOSO, Maria do Socorro F. “Gente do Morro – A Comunidade em Pauta”. Artigo apresentado no II 1 – Jornalismo, no XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, em junho de 2011 em Maceió (AL).
- FALA MÃE LUIZA. Edições de número 14 (22/05/96); 20 (28/10/96); 152 (Dez/2004); 165 (31/01/06); 172 (Ago/2008).
- KAPLÚN, Gabriel. “Entre mitos e desejos: desconstruir e reconstruir o desenvolvimento, a sociedade civil e a comunicação comunitária”. In PAIVA, Raquel (org). *O retorno da comunidade - Os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PAIVA, Raquel. “Para reinterpretar a comunicação comunitária”. In PAIVA, Raquel (org). *O retorno da comunidade - os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PERUZZO, Cicilia. “Mídia comunitária”. *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, n. 30, p. 141-156, 1998.
- PERUZZO, Cicilia. “Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento”. In PERUZZO, Cicilia (org). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003.
- PERUZZO, Cicilia. “Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revistados. Reelaborações no setor”. 2008a. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>. Acesso em 31 mar 2011.
- PERUZZO, Cicilia. “Radio comunitária, educomunicação e desenvolvimento”. In PAIVA, Raquel (org). *O retorno da comunidade - Os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PERUZZO, Cicilia. “Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania”. *Revista Lumina - Apresentação*, América do Sul. 2007b. Acesso em 31 mar 2011.
- PERUZZO, Cicilia. “Aproximações entre comunicação popular e comunitária revistados e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço”. 2008b. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2882032>. Acesso em 31 mar 2011.
- VIEIRA, Roberto. Os meios de comunicação de massa e a cidadania. Em: PERUZZO, Cicilia (org). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003.



Edição nº 3 (18/10/93), a mais antiga do *Fala Mãe Luiza* em poder do Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição. O jornal consistia em uma folha A4 dobrada e mimeografada. A tiragem era de 200 exemplares.



Jornal **Fala Mãe Luiza**

Informativo de Mãe Luiza - Edição Especial

Responsabilidade do Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição

Ano XIV - Nº.172 - 11 de Agosto de 2008

Relembrando Nossa História de Resistências

Há mais de um ano, quando começaram as discussões sobre a revisão do Plano Diretor de Natal, a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Mãe Luiza passou a ser a pedra no sapato do setor imobiliário. Nesse contexto, resgatamos aqui as opiniões divergentes que foram impressas na mídia potiguar.

Págs. 4 e 5



Notícias



Eventos

- Amigos de Mãe Luiza
- Parceiros do Centro Sócio
- Memorial Padre Sabino Gentili

Pág. 8

Gente do Morro

Jovelina Severiano, há mais de 50 anos em Mãe Luiza, relembra sua história de luta e resistência que se confunde com a do bairro.

Pág. 3

Espaço Cultural

** Tira as sandálias dos pés, pois o lugar onde estas é chão sagrado. (Ex 3,5b)*

⇒ *Sabino no Morro*

Pág. 7

Edição nº 172 (11/08/08), uma das edições mais recentes, e que marca a retomada das atividades do jornal após o falecimento do padre Sabino Gentili, em 2006. Neste período o jornal cresceu (eram oito páginas tipo tabloide) e ganhou impressão colorida. A tiragem já havia atingido os 500 exemplares.